



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2019 - Nº 21/2019 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos vinte e oito dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezanove, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes e António da Conceição Moreira. Secretariou a reunião Carla Sofia Gonçalves Martins Borba, Dirigente da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e Recursos Humanos, da Câmara Municipal de Alpiarça.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

**Ponto 01** – Proposta de Ratificação da Aprovação do Protocolo de Cedência de Espaço Municipal – Loja do Centro Cívico da Zona dos Águias.

Município de Alpiarça

**Para Ratificação:**

**Ponto 02** – Proposta – Jacinto Martins Nunes – Acordo de Pagamento.

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

**Remeter à Assembleia Municipal:**

**Ponto 03** – Protocolo de Intenções entre o Município de Alpiarça e o Agrupamento de Escolas José Relvas – Alpiarça – Missão Continente.

Município de Alpiarça

**Para Ratificação:**



**Ponto 04** – Protocolo de Parceria para utilização das Infraestruturas Desportivas Municipais pelo Agrupamento de Escolas José Relvas de Alpiarça.

Município de Alpiarça

**Para Ratificação:**

**Ponto 05** – Proposta – Aprovação do Projeto de Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público do Município de Alpiarça.

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

**Remeter à Assembleia Municipal:**

## **ABERTURA DA REUNIÃO**

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e quinze minutos, que cumprimentou todos os presentes e distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia vinte e sete de Novembro de dois mil e dezanove, com um total de disponibilidades de 543.151,90 Euros (quinhentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e um euros e noventa cêntimos).

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

O Presidente começou por dar informação sobre uma reunião que teve com o Diretor Geral de Energia e Geologia, na sequência de reuniões tidas com a EDP e com as empresas de maior dimensão estabelecidas na Zona Industrial, relativamente aos micro cortes de energia e quebras de tensão na distribuição da energia por parte da EDP. Esta preocupação estende-se aos consumidores em geral e a toda a população do Concelho. O problema, sendo antigo não tem tido a resolução devida, embora a EDP, nas reuniões, vá referindo um conjunto de investimentos no sentido de melhorar as condições da rede mas que, na sua opinião, não têm sido suficientes para evitar as quebras de tensão. Disse ainda que, também na sequência de várias reuniões, já tinha sido apresentada uma proposta de investimento por parte da empresa, da construção de uma



subestação que alimentasse diretamente o Concelho de Alpiarça, instalada na Zona Industrial. Lembrou que este investimento entretanto não foi concretizado devido ao período da intervenção da troika em Portugal. Acrescentou que houve um conjunto de investimentos previstos pela EDP, que não foram aprovados pela Assembleia da Republica, órgão que, de há uns anos a esta parte tem competência para aprovar estes planos de investimentos, devido ao seu impacto nas tarifas a aplicar, matéria da reserva do Parlamento. Deu nota que na ultima reunião com a EDP foi confirmada a insistência no Plano de Investimentos que está em discussão, onde consta a proposta para a Sub-estação de Alpiarça e foi na sequência desta situação que a Câmara reuniu com o Diretor Geral da Energia, para discussão desta e de outras questões relacionadas com o Concelho, tendo este confirmado o Parecer Favorável da Direção Geral da Energia relativamente à Sub-estação de Alpiarça, informando também que o processo já se encontra na Assembleia da Republica. Referiu ainda que já foi solicitado o agendamento com a Comissão de Energia da Assembleia, para reforço da necessidade deste investimento no Concelho de Alpiarça.

O Vereador João Pedro Arraiolos entregou alguma documentação aos Vereadores, solicitada em reuniões anteriores.

Vereadora Sónia Sanfona

Começou por cumprimentar os presentes e agradeceu as informações que lhe foram entregues. Disse que uma das questões que queria abordar tem a ver precisamente com as falhas de energia na área do Concelho, fazendo referência que estas falhas são detetadas há vários anos. Reconheceu que a Câmara tem feito diligências junto da EDP para que esta situação seja ultrapassada, não sabendo que investimentos a empresa tem feito para melhorar esta questão, o que sabe é que a situação não tem melhorado. Ainda relacionado com a questão da energia, referiu que, ao longo das ultimas semanas, aconteceram não só falhas de energia que ocorreram com alguma frequência, mas houve zonas do concelho que estiveram completamente às escuras. Perguntou se há algum relacionamento entre as duas situações, tendo o Presidente da Câmara respondido que não. A Vereadora continuou perguntando o que se passou em relação a essas zonas. Acrescentou que têm havido também algumas falhas no abastecimento de água, nalguns casos durante várias horas, questionando o que se passou. Abordou de seguida a questão dos CTT, dizendo que em boa hora, de forma coordenada, foi possível junto das instâncias próprias exercer



alguma pressão no sentido de fazer reverter a situação (encerramento da estação dos CTT de Alpiarça), que estava praticamente dada como adquirida. Considerou que, com esforço e insistência foi possível ultrapassar esta circunstância relativamente à Estação dos CTT e pediu também que a Câmara, junto da Administração, insistisse no sentido de perceber que medidas esta pretende tomar para regularizar a forma como o serviço de distribuição do correio é prestado à população de Alpiarça, afirmando que este serviço é péssimo e que esta situação prejudica a vida das pessoas. Reforçou este pedido, que acha que é uma preocupação de todos e que se procure sensibilizar junto da Administração para a necessidade urgente de garantir um serviço postal digno à população. Declarou ainda que está satisfeita pelo facto de Alpiarça voltar a ter novamente e fisicamente, uma estação dos CTT. Colocou uma questão sobre a obra do Mercado Municipal, na qual o empreiteiro, durante os trabalhos, terá utilizado um produto que poderá não ter sido usado de forma diligente e infligiu um conjunto de danos a algumas dezenas de veículos à volta do mercado. Sobre este assunto perguntou se foi feita alguma participação relativamente a esses danos, se a empresa já terá sido notificada dessa situação e se terá respondido ou acionado algum seguro. Relativamente às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município para o próximo ano, que contava que viessem a esta Reunião de Câmara, perguntou se, neste momento, há ou não condições para avançar com a discussão dos documentos.

Vereador António Moreira

Cumprimentou os presente e começou por referir que vê com agrado o regresso dos CTT a Alpiarça, perguntando o que vai ser feito da loja. Mencionou uma notícia do Jornal "O Mirante", que deu destaque a um canil ilegal na Rua José Relvas e perguntou se efetivamente o canil existe e se há algum relatório sobre essa situação. Abordou de seguida uma questão relacionada com a esterilização de animais errantes e de companhia à qual, segundo foi informado, a Câmara Municipal não se candidatou e perguntou o que foi feito sobre essa situação. Fez também uma referência ao canil intermunicipal, no qual nunca acreditou e questionou pela situação do Canil Municipal, que deveria ter as condições mínimas para passagem dos animais para o dito canil intermunicipal. Perguntou depois para quando a entrega da obra das luzes publicas. Disse que foi alertado para o facto de existirem já luzes fundidas, o que não é normal nas luzes de led's e questionou para onde as pessoas podem ligar para resolver estas situações. Relatou uma situação



na Escola do Frade de Baixo que tem a ver com um ar condicionado montado na cantina e que, segundo um munícipe, devia estar na sala de aula onde as crianças estão mais tempo. Ainda no Frade de Baixo, no Casal dos Tolilas, falou numa situação de uma família e na possibilidade de transportar uma criança para a Escola Pré-Primária local, tendo-lhe sido respondido que, após análise da situação, a carrinha não estava adaptada ou não havia permissão para fazer esse transporte. Falou de seguida na limpeza da vila, afirmando que devia haver mais atenção nos locais mais sensíveis, mencionando o Jardim Municipal com muito lixo na relva e com folhas podres, a Barragem, o Parque do Carril, o Jardim Don Dion, espaços onde acha que devia haver mais cuidado e que a limpeza fosse feita mais em conformidade. Terminou esta sua intervenção, chamando a atenção para alguns buracos na Rua José Relvas, referindo em particular um junto à futura loja do Continente.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Cumprimentou os presentes e fez a relação dos serviços por administração direta, desde o dia vinte e oito de Outubro, com destaque para a limpeza efetuado nos lugares do Frade de Cima e Frade de Baixo, bem como ao corte da relva e manutenção em vários espaços verdes. Referiu ainda a limpeza e manutenção efetuada no Paul da Gouxá, o início da construção de um passeio na Rua Castelão de Almeida e de uma valeta na Rua Vale de Veados no Frade de Cima, a montagem e preparação da Arte Natal, entre outros serviços diversos.

Presidente da Câmara

Respondeu às questões colocadas começando pela situação da energia, dizendo que não tem a ver com os microcortes e as quebras de tensão, mas sim com os relógios eletrónicos que comandam o ligar e o desligar das luzes, mencionando ainda que a mudança da hora causou algumas situações de desencontro na iluminação. Acrescentou que sempre que é transmitida alguma situação ou se tem conhecimento de alguma anomalia, o mesmo é referenciado à EDP. Relativamente à falta de água disse que não teve qualquer comunicação das Águas do Ribatejo mas sabe que, pontualmente, houve algumas situações que foram causadas por roturas de intervenções realizadas. Sobre os CTT deu nota que se tem tido a preocupação de, em simultâneo com a exigência da reabertura da estação, colocar também outras questões sobre o serviço prestado à



população e as condições de trabalho dos profissionais dos CTT, os carteiros, os operadores e os administrativos. Relativamente à distribuição postal lembrou que são situações que ocorrem em todo o território nacional, mais ou menos com as mesmas características. Lembrou que nem sempre foi assim e que os correios, em determinado momento, tinham uma resposta de qualidade onde as cartas chegavam com rapidez. Recordou também que existem nesta situação responsabilidades políticas e que essas têm sido dos governos do PSD e do Partido Socialista, com o processo de privatização dos correios. Considerou que há necessidade de reverter a lógica de destruição dos Correios e que a forma de ultrapassar esta situação é voltar a nacionalizar os CTT.

A Vereadora Sónia sanfona disse que os CTT têm o serviço concessionado, do seu ponto de vista mal, porque devia ser uma empresa nacionalizada e pública, recordando que há casos de pessoas que não recebem notificações do tribunal, de pessoas que não recebem atempadamente contas para pagar e depois pagam com multa e pretende saber o que diz a administração dos CTT sobre estas situações.

O Presidente disse que a posição da Administração dos CTT é muito clara e que é essa resposta que faz colocar em cima da mesa a necessidade absoluta de haver uma empresa de distribuição postal e apostar no serviço universal cem por cento público. Sublinhou ainda que na reunião com os CTT foi colocada a situação da loja onde funcionam atualmente os serviços dos correios e que foi dito que iam ter essa questão em conta, dizendo ainda que não foi por opção ou por decisão da Câmara que o serviço passou a ser prestado numa papelaria ou noutra qualquer estabelecimento, não sendo por isso da responsabilidade da autarquia mas não deixa de haver alguma preocupação, tratando-se de uma munícipe e do comércio local. Relativamente ao Orçamento de Estado disse que a ideia era esperar por dados mais concretos sobre o documento uma vez que, em termos de disponibilidades, a Câmara está a gerir sempre no limite, havendo questões relativas às transferências para os Municípios que não estão ainda claras. Abordou de seguida a questão da notícia sobre a existência de um canil, dizendo que foi abordado por uma pessoa no dia de atendimento, tendo então pedido aos serviços para fazer uma avaliação da situação. Esclareceu que houve um pedido de informação prévia por parte da Câmara e esta respondeu com aquilo que eram as exigências necessárias para a criação de um canil, sendo posteriormente o processo desenvolvido ao nível de outras instituições. Relativamente ao Canil Intermunicipal, coloca também já algumas dúvidas, sendo que o principal problema verifica-se ao nível dos terrenos que



são disponibilizados, sobretudo devido a questões do PDM no Município de Santarém. No Município da Chamusca a questão verificou-se ao nível dos custos associados, acontecendo o mesmo no Cartaxo. Neste momento está a ser estudada a possibilidade da sua instalação no Concelho da Azambuja. Sobre o Canil Municipal, transmitiu que foi assinado um protocolo com o Governo para recuperação das instalações do Canil e no início do ano dar-se-à inicio às obras necessárias. Deu nota que os trabalhos da obra da iluminação publica estão praticamente concluídos, havendo apenas algumas questões pendentes, estando o processo em fase de conclusão. Recordou que a EDP mudou várias iluminarias ainda antes da intervenção da Câmara. Esclareceu que em caso de alguma anomalia ou de alguma dúvida, as pessoas podem ligar para a EDP, podendo ligar também para a Câmara que depois encaminhará para quem tem a responsabilidade pela manutenção das luzes. Sobre a questão do Frade de Baixo e do Casal dos Tolilas, disse que fica registada a situação dos aquecedores para análise com o Gabinete de Educação. Em relação ao transporte de uma criança do Casal dos Tolilas, acha que o transporte para o Pré-escolar não é da responsabilidade da Câmara, não sendo por isso a carrinha que não está certificada para o efeito. Disse ainda que a carrinha faz transportes da Pré-escola para as atividades que são comuns a programas do Jardim de infância de Alpiarça, nomeadamente o Programa “Começar Cedinho” e para o desporto escolar. Registou a questão dos buracos na Rua José Relvas, dando nota que a situação já foi sinalizada junto das Infraestruturas de Portugal, que é quem tem essa responsabilidade.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Relativamente à situação dos carros junto ao Mercado Municipal, disse ter conhecimento que os lesados apresentaram reclamação junto dos serviços da Câmara Municipal, tendo sido recolhida toda a informação e comunicado o assunto à empresa, que fará os procedimentos necessários. Sobre a notícia do “Mirante”, afirmou que foi feita uma vistoria, tendo já recebido o resultado da mesma e sido comunicado quer ao requerente, quer à dona do espaço onde se encontram os animais e que tudo foi feito de forma a cumprir a lei. Relativamente à esterilização dos animais, reconheceu que houve algum arrastamento do processo, tendo sido pedidos orçamentos a clínicas e assinado um protocolo com uma delas, estando a ser aguardada a resposta. Confirmou que o prazo para entrega dos projetos termina no final do mês corrente e que efetivamente não houve



ainda a assinatura do documento. Recordou que, relativamente ao Canil Municipal, está a ser agilizado o processo para no início do ano dar andamento às obras. Falou de seguida na limpeza da vila, referindo que as folhas nas ruas é um sinal que existem árvores em Alpiarça e todos os anos se repete esta situação. Sobre os buracos na Rua José Relvas disse que alguma coisa foi feita para a sua resolução, tendo sido comunicado às Infraestruturas de Portugal, assim que foram detetadas essas anomalias e que já andam a proceder à sua regularização.

Vereador João Pedro Arraiolos

Cumprimentou os presentes e referiu que o Orçamento do Município está praticamente pronto e que estará presente na próxima reunião de Câmara. Relativamente à questão do transporte de uma criança do Frade de Baixo disse não acreditar que alguém tenha dito que a carrinha não estava apta a transportar crianças do Pré-escolar porque elas estão aptas a fazer transporte escolar. Acrescentou que resta saber se é competência do Município fazer transporte para crianças do Pré-escolar, afirmando que não é. O que é competência do Município é desenvolver as atividades das AAAF's, programas de apoio às famílias e de prolongamento do Pré-escolar. Não sendo competência do Município, o programa "Começar cedinho" é uma oferta da Autarquia, sendo um programa de iniciação à atividade físico-motora das crianças do Pré-escolar. Sublinhou ainda que neste ano foi iniciado um programa com a prática de uma vez por mês nas Piscinas Municipais e naturalmente que os meninos do Pré-escolar do Frade de Baixo têm direito a este programa, como os outros meninos do Pré-escolar de todo o Concelho. Concluiu afirmando que as carrinhas estão aptas a transportar crianças do Pré-escolar, mas a Autarquia não tem a competência do transporte escolar, embora isso possa acontecer em situações avaliadas e enquadradas, que terão a ver com um conjunto de fatores, que não com o próprio transporte.

**Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:**

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

**Ponto 01 – Proposta de Ratificação da Aprovação do Protocolo de Cedência de Espaço Municipal –**





Loja do Centro Cívico da Zona dos Águias.

Município de Alpiarça

**Para Ratificação:**

O Presidente justificou o facto de o ponto estar para ratificação, pela necessidade dos correios acelerarem o processo de instalação e adaptação do espaço do antigo Gabinete de Apoio ao Município. Explicou que se trata de um protocolo, considerando que o espaço não está ainda registado na conservatória em nome do Município, o que acontece com outros espaços. Posteriormente será feito um contrato de arrendamento. Não colocou de parte que este serviço possa vir futuramente a ser enquadrado no Mercado Municipal, o que não pode acontecer ainda devido à intervenção que está a ser feita, algo que será depois acompanhado com os CTT.

A Vereadora Sónia Sanfona transmitiu que se vai abster nesta votação, pela forma como a situação foi negociada, não sabendo se esta é a situação mais benéfica que poderia ter sido conseguida. Colocou uma questão que se prende com a cláusula três ponto cinco do protocolo, que tem a ver com a devolução do espaço, ou seja, se o devolve como está, como recebe, ou com as benfeitorias. Perguntou ainda como se encontrou o valor do montante compensatório da renda.

O Presidente esclareceu que em relação à clausula, o principio será a entrega no mesmo estado mas se houver uma autorização por parte do Município para uma intervenção, este terá de assumir o edifício com as intervenções realizadas.

A Doutora Carla Borba mencionou que esta questão terá a ver mais com a eventual degradação do imóvel por parte dos CTT, ou seja, a Câmara tem de o receber no estado de conservação e nas boas condições em que se encontrava.

Em relação ao valor da renda, o Presidente referiu que se tomou como base o valor que os CTT pagavam no anterior espaço.

O Presidente colocou de seguida a proposta à votação, que foi ratificada por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).

**Ponto 02 – Proposta – Jacinto Martins Nunes – Acordo de Pagamento.**

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

**Remeter à Assembleia Municipal:**



O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que se trata de uma dívida para com o Município relacionada com uma taxa de ocupação do subsolo desde dois mil e catorze e que a lei prevê acordos de pagamento até seis meses. Acima desse período terá que ser autorizado pela Assembleia Municipal.

Não havendo mais intervenções, o Presidente colocou a proposta à votação, que foi aprovada por unanimidade.

Deliberado submeter à apreciação da Assembleia Municipal.

**Ponto 03** – Protocolo de Intenções entre o Município de Alpiarça e o Agrupamento de Escolas José Relvas – Alpiarça – Missão Continente.

Município de Alpiarça

**Para Ratificação:**

O Presidente esclareceu que se trata de um protocolo já assinado com a Escola, por uma razão que tem a ver com prazos, ou seja, o Agrupamento de Escolas estava a preparar o projeto referido, de combate à obesidade infantil e implementação de hábitos alimentares saudáveis e este documento era um elemento fundamental para a avaliação da candidatura.

A Vereadora Sónia Sanfona fez um reparo sobre o texto do Protocolo e referiu que a Missão Continente recebe candidaturas de várias entidades e admitindo que esta candidatura não seja vencedora, o que espera que não aconteça, perguntou o que acontece a este protocolo de intenções.

O Presidente clarificou que este cenário, sendo pertinente, não foi abordado na discussão. Acrescentou que o que se poderá dizer é que o protocolo está desenhado em função da candidatura e em caso de não ser aceite a Câmara irá continuar a colaborar nas atividades, embora com um grau de envolvimento e de dimensão das atividades ajustado a essa realidade.

O Presidente colocou de seguida o Protocolo à votação, tendo o mesmo sido ratificado por unanimidade.

**Ponto 04** – Protocolo de Parceria para utilização das Infraestruturas Desportivas Municipais pelo Agrupamento de Escolas José Relvas de Alpiarça.

Município de Alpiarça



**Para Ratificação:**

O Presidente sublinhou que se trata da mesma exigência de celeridade do ponto anterior e esclareceu que se trata de atividades mais gerais que, na prática a Câmara já faz há muito tempo no relacionamento com as escolas, que é disponibilizar todas as estruturas municipais para a prática desportiva.

O Vereador João Pedro Arraiolos reforçou a posição e a parceria que foi referida no ponto anterior e disse que muitas das situações são estabelecidas através de comunicação direta, no que diz respeito à utilização das infraestruturas e dos horários. Sublinhou que esta situação é uma maneira de formalizar a parceria que já existe, num protocolo, que estabelece nas suas cláusulas o papel de cada uma das partes.

O Presidente colocou de seguida o Protocolo à votação, tendo o mesmo sido ratificado por unanimidade.

**Ponto 05 – Proposta – Aprovação do Projeto de Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público do Município de Alpiarça.**

Município de Alpiarça

**Para Deliberação:**

**Remeter à Assembleia Municipal:**

O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que existem dois regulamentos diferenciados para o efeito que foram aprovados em Assembleia Municipal no ano de dois mil e treze, mas que se encontram desatualizados, tendo em conta a realidade atual e a evolução normativa. Declarou que a atual proposta resulta da evolução da legislação e que, sendo a proposta aprovada terá de ser submetida à discussão e apreciação da Assembleia Municipal, órgão que tem a competência para aprovar este tipo de Regulamentos.

A Vereadora Sónia Sanfona transmitiu que lhe parece muito positiva a integração num único Regulamento, dos dois que estavam em vigor, considerando que se trata de matérias conexas e por isso faz todo o sentido que seja um único documento, sendo importante que esta atualização legislativa seja feita para permitir também um relacionamento mais fácil e mais rigoroso dos interessados com a autarquia.

A Doutora Carla Borba realçou que este é mais um dos regulamentos feitos no âmbito da



Comunidade Intermunicipal, que visa regularizar os procedimentos nos vários Municípios.

O Presidente colocou de seguida o Projeto de Regulamento à votação, que foi aprovado por unanimidade.

Deliberado ainda submeter à apreciação da Assembleia Municipal.

**Terminado o Período da Ordem do dia, o Presidente deu a palavra aos Múncipes, dando início ao Período do Público.**

### **PERÍODO DO PÚBLICO**

Não houve intervenções.

### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezassete horas e dezasseis minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.